

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: De volta ao Brasil, Maia vai questionar MPs](#)..... 7

Valor Econômico

[Título: Após leilões do pré-sal, setor de óleo e gás discute mudança em regime de partilha](#) 11

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Família Gradin, sócia da Odebrecht, busca ajuda do BNDES para viabilizar usina	2
Título: Usina hoje vende energia em vez de produzir etanol	3
Título: Gradin e Odebrecht tentam acordo fora dos tribunais	5
Título: Diluir fatia na Eletrobrás é preocupação do governo	6
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: De volta ao Brasil, Maia vai questionar MPs.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico	9

Título: Municípios do RJ querem que Angra 3 deixe de pagar juros	9
Título: Após leilões do pré-sal, setor de óleo e gás discute mudança em regime de partilha	11
Título: É preciso retomar o modelo de concessões, diz Araujo	12
Título: Excedente da cessão onerosa pode atingir 15 bilhões de barris	14
Título: Manobra de Ramalho pode atrasar MP sobre Pré-sal.....	14
Título: Expurgo cria incertezas na Arábia Saudita	16
Título: BMPI almeja atuação em dez grandes cidades do país	18
Título: Petrobras enfrenta ações de entidade dos petroleiros	20
Título: Cecil, de cobre e latão, adquire a Elfer e passa a atuar no setor de alumínio.....	22

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo Renata Agostini

Título: Família Gradin, sócia da Odebrecht, busca ajuda do BNDES para viabilizar usina

Aporte. Protagonista de um dos maiores litígios empresariais do País, família criou projeto de etanol em 2011, após deixar o dia a dia da Odebrecht; negócio, que tem o banco como sócio e já consumiu recursos de R\$ 1 bi, tenta novo aporte para conseguir dar resultado

Cinco anos após investir cerca de R\$ 1 bilhão em um projeto de etanol de segunda geração – que usa resíduos da cana-de-açúcar em sua produção –, a família Gradin ainda tenta fazer deslanchar o negócio, sua principal aposta para superar a saída tumultuada do dia a dia do grupo Odebrecht, no qual até hoje detém fatia de 20,6%.

A briga entre os Gradin e os Odebrecht é uma das maiores disputas societárias em curso no País. Batizada de GranBio, a empresa, que produz combustível a partir da palha da cana, sofreu revezes em série, que incluíram a paralisação da fábrica, incêndio no estoque de matéria-prima e briga com fornecedores. O projeto atrasou e agora precisa de mais dinheiro.

Para isso, no entanto, os Gradin precisarão da boa vontade do governo. Está prevista para a próxima quinta-feira uma assembleia para discutir com o BNDESPar, braço de participações do BNDES, novo aporte de R\$ 250 milhões na empresa. O banco é o maior investidor no projeto: pagou R\$ 600 milhões por 15% da GranBio em 2013.

Os Gradin investiram R\$ 400 milhões. Mas convencer o BNDES a colocar mais dinheiro na empresa não será fácil, afirmam fontes próximas ao banco. Procurado, o BNDES admitiu que novo aporte é necessário, mas disse não ter tomado decisão sobre o tema.

Tecnologia.

Ao fundar a Gran- Bio em 2011, Bernardo Gradin, ex-presidente da petroquímica Braskem, fechou parceria tecnológica com a italiana Mossi Ghisolfi (MG), um dos mais importantes grupos petroquímicos do mundo. Os italianos forneceriam maquinário para a usina em Alagoas.

Em setembro de 2014, a fábrica começou a rodar. Mas não tardou para ficar claro que a solução vendida não funcionava. A usina só conseguia operar por poucos dias até precisar parar para reparos. Os Gradin tentaram negociar diretamente com os donos da MG o ressarcimento, mas acabaram, segundo apurou o Estado, apelando para arbitragem na Corte de Londres após a morte de Guido Ghisolfi, em 2015.

Um dos herdeiros da MG, ele era o principal interlocutor dos brasileiros. Paralelamente à disputa, os Gradin abriram processo na Justiça de Alagoas para produzir provas e mostrar que a tecnologia dos italianos não funciona. Para piorar, a MG, com dívida de quase US\$ 1 bilhão, entrou em outubro com pedido de concordata na Itália e nos EUA.

O episódio reduz as chances de os Gradin serem indenizados pelos prejuízos à GranBio, que somam cerca de R\$ 200 milhões, apurou o Estado. Procurada, a MG não respondeu. A GranBio disse esperar uma solução viável com a MG e que vê a recuperação judicial do grupo como oportunidade. A empresa não confirmou se há arbitragem em curso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo Renata Agostini

Título: Usina hoje vende energia em vez de produzir etanol

Projeto GranBio, da família Gradin, tinha o objetivo de produzir 1 bilhão de litros de etanol em 2020; meta foi adiada em uma década

Os problemas enfrentados pela família Gradin atrasaram em pelo menos três anos o plano de uma segunda usina do grupo GranBio, anunciada inicialmente para 2016. E a meta de produzir 1 bilhão de litros de etanol foi jogada de 2020 para, ao menos, 2030. Neste ano, a empresa decidiu suspender a produção do etanol de segunda geração em sua fábrica e colocá-la para gerar energia.

Erguida em São Miguel dos Campos (AL), a primeira usina de etanol dos Gradin foi projetada para produzir 38 milhões de litros de etanol por ano. Com a medida, produziu só 5 milhões de litros em 2017. A ideia era retomar a produção do biocombustível no início da safra, em setembro.

Mas, diante dos atrasos e do prejuízo acumulado, Bernardo Gradin, presidente da GranBio, colocou a palha de cana colhida para produzir energia, aproveitando os altos preços pagos pela eletricidade no sistema Nordeste, que enfrenta seca histórica. “A GranBio tomou uma decisão empresarial apropriada para o momento”, afirma Plínio Nastari, da Datagro, uma das mais importantes consultorias do setor sucroalcooleiro.

Segundo ele, o etanol de primeira e de segunda geração tem forte potencial para avançar no País. O setor ainda tenta se recuperar da forte crise que se abateu sobre as usinas a partir de 2010. A falta de competitividade levou uma série delas à recuperação judicial.

A produção de etanol na usina de Alagoas, mesmo que restrita, só é possível hoje porque os Gradin decidiram investir no desenvolvimento de tecnologias que substituíssem a solução vendida pela italiana Beta Renewables, do grupo Mossi Ghisolfi.

Apostaram em patentes próprias por meio de sua subsidiária americana, a API, na qual detém 25%. Colocando a usina para gerar energia, a GranBio deve faturar cerca de R\$ 90 milhões neste ano, valor que espera elevar para R\$ 200 milhões até 2019, quando acredita que enfim dará lucro, segundo fontes a par das projeções da companhia.

Os Gradin, porém, já não se fiam no plano original da empresa. A ideia era erguer dez plantas, por R\$ 4 bilhões. Agora, o objetivo é iniciar a construção da segunda usina e então checar se é possível colocar de pé as demais.

Grupo.

Enquanto a GranBio tenta decolar, outros negócios da família Gradin que estão sob o guarda-chuva da GranInvestimentos avançam.

O grupo foi criado com a saída de Bernardo e seu irmão, Miguel, da Odebrecht, no final de 2010, onde comandavam a petroquímica Braskem e a Odebrecht Óleo e Gás, respectivamente. A GranEnergia, braço liderado por Miguel, é dona de empresas de apoio à indústria offshore que, juntas, devem faturar R\$ 400 milhões neste ano.

Procurada, a GranBio afirmou que trajetória de pioneirismo é sempre mais difícil e que, após refazer vários desenhos de rota, está confiante de que o projeto seguirá com sucesso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo Renata Agostini

Título: Gradin e Odebrecht tentam acordo fora dos tribunais

Enquanto empenham-se em sanar as dificuldades de seu projeto de etanol, os Gradin buscam achar uma saída para um problema mais antigo e rumoroso: a disputa com os Odebrecht. A briga entre as duas famílias baianas arrasta-se desde 2010 na Justiça, quando os dois clãs romperam. Neste ano, porém, as famílias iniciaram negociações diretas para chegar a um acordo fora dos tribunais.

Não é a primeira vez que há uma tentativa de um acerto extrajudicial entre as partes. Mas, diferentemente de outras ocasiões, as tratativas estão mais amigáveis, segundo fontes a par das conversas. A situação delicada da Odebrecht, que tem dívida bilionária e enfrenta queda de receitas em meio a uma aguda crise de reputação após ser alvo da Lava Jato, ajudou a baixar os ânimos.

A forçosa troca de comando na Odebrecht, que teve de afastar 77 delatores e hoje é presidida por Luciano Guidolin, renovou a interlocução com os Gradin, que ainda são donos de 20,6% da companhia. Os Gradin, por sua vez, decidiram contratar um executivo para negociar em seu nome. Foi escolhido Pércio de Souza, fundador e sócio da boutique de investimentos Estáter, segundo duas fontes com conhecimento das negociações.

Não está mais sobre a mesa a ideia de dar aos Gradin pedaços de empresas do grupo – até porque boa parte dos negócios foi dada a bancos como garantia de empréstimos.

Histórico.

As famílias foram sócias por quase 30 anos, mas romperam em 2010. Na época, os Odebrecht quiseram exercer opção de compra oferecendo US\$ 1,5 bilhão pela fatia de Victor Gradin e seus filhos, Bernardo e Miguel, então presidentes da petroquímica Braskem e da Odebrecht Óleo e Gás, respectivamente.

Os Gradin recusaram. Diziam que não queriam sair da empresa e, se o fizessem, a conta seria muito mais salgada, de cerca de US\$ 5 bilhões. Bernardo Gradin, Odebrecht e Pércio de Souza não quiseram comentar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Célia Froufe

Título: Diluir fatia na Eletrobrás é preocupação do governo

Segundo ministro, se emissão de ações não for suficiente para reduzir fatia do governo de 60% para 40%, pode ser feita uma nova venda de papéis

A equipe econômica está disposta a usar todas as ferramentas para reduzir a participação da União na Eletrobrás, afirmou ontem o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, em Madri, onde participará de reuniões com potenciais investidores no setor de infraestrutura, com vistas a divulgar os leilões que o governo tem programados.

A viagem oficial, que ainda incluirá uma passagem pela Itália, vai tentar destacar o atual cenário de recuperação da economia brasileira. O primeiro passo será uma emissão de ações da estatal, atualmente em fase de definição. Pelos cálculos do ministro, a operação deve fazer com que a fatia do governo caia de pouco mais de 60% das ações com direito a voto para cerca de 40%.

Caso a emissão seja insuficiente para atingir esse resultado, o governo partirá para uma nova venda direta de papéis. Segundo ele, a maior preocupação do governo hoje é a de que a diluição da União não ocorra mesmo com emissão de ações. Para o mercado financeiro, a redução de 60% para 40% vai na direção correta – mas, mesmo assim, o consenso é que a participação estatal na companhia ainda continuaria a ser expressiva.

“(A redução da participação do governo para 40%) não é um target (objetivo) nosso, ao contrário. Mas é que, pelo tamanho do aumento de capital pela emissão de ações, dificilmente vai diluir mais do que isso”, explicou o ministro. Para que a fatia estatal seja reduzida para algo mais perto de 20% ou 30%, de acordo com Oliveira, seria preciso um fluxo “enorme”, dado o alto valor de mercado da companhia.

“A participação do governo na Eletrobrás vai continuar sendo alta, mas se houver risco de a participação do governo não ser diluída, aí sim pode ser que se venda uma pequena parcela.”

Previdência.

Em relação à reforma da Previdência, o ministro reforçou que o ideal seria que a aprovação ocorresse ainda este ano. Ele enfatizou que, para quem tem projeto político para a eleição presidencial de 2018, a mudança das regras ainda na administração de Michel Temer é o cenário mais favorável.

“Quanto mais tarde se fizer a reforma da Previdência, pior será, pois (a medida) terá de ser mais dura”, previu. Dyogo prometeu também ser rígido em relação às ameaças de greve que estão sendo feitas por servidores da Receita Federal em função de uma regulamentação sobre o pagamento de bônus da categoria.

Na opinião do ministro, não há sentido uma paralisação de funcionários bem remunerados, que tiveram aumento de salário acima da inflação e ainda receberão um bônus de R\$ 3 mil.

“Não vejo motivo para ninguém que está ganhando bem entrar em greve”, disse, acrescentando que, se um movimento nessa direção ocorrer, solicitará que a Justiça considere a paralisação abusiva.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: De volta ao Brasil, Maia vai questionar MPs

Todo presidente da Câmara que se preza tenta conter o furor legislativo do Palácio do Planalto. Rodrigo Maia (DEM-RJ) não é diferente. Com sete medidas provisórias trancando a pauta da Câmara, numa semana entre dois feriados, avisou ao Palácio do Planalto que somente porá em votação as MPs após a aprovação da emenda constitucional que muda o rito de tramitação das medidas provisórias. Há um certo cansaço no Congresso com a forma como o governo vem operando mudanças na legislação, sem prévia consulta e discussão com a base parlamentar. Maia aproveita esse ambiente desfavorável ao Palácio do Planalto para demarcar mais uma vez seu distanciamento do presidente Michel Temer.

O líder da Casa chegou de sua polêmica viagem ao Oriente Médio e Europa, com uma comitiva de nove deputados, na madrugada de domingo, mas já convocou um esforço concentrado da Câmara, com sessões de segunda a sexta-feira. A

próxima semana também será esvaziada, por causa do feriado de 15 de novembro, dia da proclamação da República, que cai no meio da semana, quarta-feira. Há parlamentares que nem sequer virão a Brasília. A PEC está na pauta, mas ainda não há acordo para a votação. Uma reunião de líderes na tarde de hoje discutirá a questão. A PEC estabelece que a medida provisória deve ser discutida por uma comissão especial em cada Casa (Câmara e Senado) e irá direto ao Plenário se for esgotado o prazo no colegiado. Hoje, a MP só vai ao Plenário da Câmara depois de aprovação por uma comissão mista.

O protagonismo de Rodrigo Maia será testado depois de uma semana brevíssima, na qual o vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), passou pelo comando da Casa como um furacão. Na terça-feira, discutiu com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que estava a seu lado e pediu para iniciar a sessão do Congresso. Fabinho não deixou: “A hora que tiver aqui 40 senadores, aí eu passo”, disse. Também bateu boca com o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que queria derrubar a sessão da Câmara. Tudo para aprovar em plenário o Projeto de Lei Complementar (PLP) 76/07, que incluiu na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) mais 84 municípios, dos quais 81 em Minas Gerais e 3 no Espírito Santo.

Maia retorna numa semana em que o presidente Michel Temer ainda convalesce da cirurgia que fez na semana passada, no Hospital Sírio-Libanês, por causa de uma obstrução urinária. Foi uma semana de confusão na Esplanada. As declarações do ministro da Justiça, Torquato Jardim, sobre a Polícia Militar fluminense, desagradaram ao presidente da Câmara, além de provocar uma crise com o governador Luiz Fernando Pezão. A ministra tucana da Secretaria de Direitos Humanos, Luislinda Valois, desembargadora aposentada, resolveu brigar descabidamente para duplicar o salário e foi para a frigideira, acesa pelo movimento negro. Pra fechar a semana, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que pretende se candidatar a presidente da República e criou mais um problema onde não havia. Ou seja, Maia pega o governo na defensiva, dependendo de sua ajuda para aprovar as medidas provisórias.

Federação

Dentre as medidas provisórias a serem apreciadas, há quatro que mexem com os interesses da Federação. Três formam o chamado pacote da mineração, com novas regras para o setor, algumas consideradas polêmicas. **A MP 789/17 muda as regras de royalties da mineração; a MP 790/17 altera o marco legal do setor; e a MP 791/17 cria a Agência Nacional de Mineração (ANM), no lugar do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A quarta é a MP 795/17, que muda as regras para a tributação das petroleiras que operam no Brasil.**

De acordo com o **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, as mudanças na cobrança dos royalties vão aumentar a arrecadação do governo em cerca de 80%. Em 2016, ela totalizou cerca de R\$ 1,6 bilhão. A União passará a cobrar royalties sobre a receita bruta e não mais no faturamento líquido das empresas - onde eram descontados os custos com transporte e logística, reduzindo o valor a ser pago.

R\$ 1,6 BILHÃO

Arrecadação do governo com royalties da mineração em 2016

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Municípios do RJ querem que Angra 3 deixe de pagar juros

Políticos da área de influência do complexo de geração de energia nuclear de Angra dos Reis (que envolve ainda os municípios de Paraty e Rio Claro), no Estado do Rio de Janeiro, querem que o BNDES suspenda a cobrança de juros da dívida da construção da usina de Angra 3.

A obra está paralisada há pouco mais de dois anos e o início de operações é previsto apenas para 2026. Em outubro, a Eletronuclear iniciou o pagamento mensal de juros da dívida, no valor de R\$ 30 milhões, mesmo sem a usina ter produzido um megawatt sequer.

"Torna-se importante registrar que esse valor pago [...] poderá colocar em risco a saúde da empresa [...] uma vez que a Eletronuclear já vem demonstrando dificuldades financeiras", afirma o prefeito de Paraty, Carlos José Gama Miranda (PMDB), em ofício encaminhado ao presidente Michel Temer, ao qual o **Valor** teve acesso.

No documento, também encaminhado ao governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), ao presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Jr, e ao presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, entre outras autoridades, Miranda solicita ainda a conclusão das obras de Angra 3.

Ao **Valor**, o prefeito de Paraty disse que "a Eletronuclear não tem condições de pagar [os juros da dívida] se não tiver concluída Angra 3. Queremos que o BNDES faça o parcelamento da dívida e permita a conclusão de Angra 3".

Na mesma linha, o prefeito de Angra dos Reis, Fernando Jordão (PMDB), pretende se encontrar esta semana com o ministro de Minas e Energia,

Fernando Coelho Filho, para tratar do assunto. "Toda vez que for paga, essa parcela de R\$ 30 milhões vai afetar o faturamento da Eletronuclear", disse ele.

O deputado federal Wilson Beserra (PMDB-RJ) está articulando a criação de uma frente parlamentar em defesa da retomada das obras de Angra 3. O objetivo é sensibilizar o Congresso e o Executivo sobre a gravidade da situação da Eletronuclear e da importância de concluir a construção da terceira usina nuclear do país.

"A Eletronuclear está passando por um momento difícil. E os municípios sobrevivem da arrecadação em função da atividade das usinas de Angra 1 e 2", afirmou o deputado. "O impasse em Angra 3 vem consumindo toda a energia financeira da empresa, em função do pagamento dos juros."

O financiamento do BNDES para Angra 3 é de R\$ 6,15 bilhões. Desse total, foram sacados cerca de R\$ 2,8 bilhões, sob os quais incidem os juros cobrados em outubro. As liberações de crédito foram paralisadas em junho de 2015.

Além do BNDES, a Eletronuclear tem financiamento de R\$ 3,8 bilhões com a Caixa Econômica Federal, dos quais cerca de R\$ 3 bilhões foram sacados. A cobrança dos juros dessa dívida tem início previsto para junho de 2018, no valor de R\$ 25 milhões mensais.

Segundo a superintendente da área de energia do BNDES, Carla Primavera, a cobrança dos juros já era prevista no contrato firmado com a Eletronuclear e o banco não pode tomar unilateralmente a decisão de suspender as cobranças. Ela explicou que qualquer mudança nesse sentido só poderá ser feita após uma decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre o cronograma de retomada da construção da usina.

"Precisamos dessa decisão do CNPE para saber quais serão os desdobramentos em relação às obras da usina. Precisamos estar em harmonia com o ministério, a Eletronuclear e todos os envolvidos", afirmou Carla. O **Valor** apurou que o CNPE não deve analisar o caso de Angra 3 na reunião extraordinária prevista para quinta-feira. O tema deverá ser discutido somente na última reunião do ano, em 7 de dezembro.

Na semana passada, o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que o texto da modelagem de privatização do controle da Eletrobras, ainda que não inclua os ativos de geração de energia nuclear, pode envolver uma solução para a retomada de Angra 3. Com 67% das obras concluídas, Angra 3 ainda demanda investimentos da ordem de R\$ 17 bilhões para ser terminada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio****Título: Após leilões do pré-sal, setor de óleo e gás discute mudança em regime de partilha**

Passados os leilões do pré-sal programados para este ano, duas questões ganham relevância para o setor de óleo e gás no Brasil. Uma delas é se ainda existem áreas de grande porte para serem oferecidas e que gerem ágios como os que foram pagos na 2ª e 3ª rodadas do pré-sal, e a segunda, mais complexa, é se o regime de partilha é melhor ou pior que o de concessão em termos de retorno para a sociedade. A intenção de mudar o modelo, acabando com o sistema de partilha de produção, foi manifestada pelo presidente da Câmara, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Sobre a existência de outras áreas, aos menos quatro delas - Búzios (antigo Franco), Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi - guardam volumes gigantes de petróleo que podem ser oferecidos ao mercado, pelo governo ou pela Petrobras. Elas foram encontradas pela estatal durante a exploração dos blocos adquiridos no processo de capitalização em 2010 sob um regime especial, o de cessão onerosa, no qual ela pagou por 5 bilhões de barris. Os volumes encontrados são três ou quatro vezes maiores.

Em comunicado divulgado pela estatal em 2014, ela informava que as quatro áreas tinham entre 10 bilhões e 15 bilhões de barris de óleo equivalente de petróleo, segundo estimativa da Agência Nacional do Petróleo (ANP) naquele ano.

A Petrobras tinha sido contratada diretamente para explorar os volumes desse petróleo que excedessem os 5 bilhões de barris contratados na cessão onerosa, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) proibiu a transferência direta. Agora um projeto de lei proposto pelo deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA) prevê que a companhia possa vender parte dos 5 bilhões de barris que adquiriu na cessão onerosa. O PL não faz menção aos barris excedentes encontrados pela estatal.

Em relatório do Santander, os analistas Christian Audi e Gustavo Allevato preveem disputa de empresas estrangeiras no próximo leilão do pré-sal. Segundo eles, o resultado da licitação de 27 de outubro reforça a avaliação de que o pré-sal vai continuar atraindo investimentos estrangeiros "aumentando a probabilidade de uma monetização potencial dos barris excedentes da cessão onerosa ser feita através de um leilão".

Contudo, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** precisa concluir a revisão do contrato da cessão onerosa com a Petrobras até o fim do ano para poder leiloar os excedentes até junho de 2018, devido ao calendário eleitoral.

A ANP já propôs uma lista de blocos para os próximos leilões que será apreciada em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), marcada para dia 9. A agência vai realizar em maio de 2018 a 15ª rodada de licitações oferecendo blocos pelo regime de concessão.

Na 4ª rodada de partilha da produção, marcada para junho de 2018, serão oferecidas três áreas no pré-sal da Bacia de Santos: Saturno, Três Marias e Uirapuru. Além dessas, também serão oferecidos blocos exploratórios na Bacia de Campos.

O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, considera excelentes as áreas que ainda serão leiloadas. Entre as áreas marítimas, além das bacias do Sudeste, notadamente Campos e Santos, cita como exemplo as bacias Sergipe-Alagoas, Potiguar, Ceará e Espírito Santo. "Temos recebido sugestões de operadoras nesse sentido. E no on-shore, há áreas interessantes nas bacias do Paraná e Parnaíba, além das tradicionais", afirma.

O ambiente depois dos leilões de áreas do pré-sal é tão promissor que o Brasil passou a chamar a atenção dos grandes produtores mundiais reunidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Félix contou que recebeu um telefonema de um assessor do ministro da Energia, Indústria e Recursos Minerais da Arábia Saudita, Khalid A. Al-Falih.

"O ministro me ligou para reiterar o convite para o Brasil participar do diálogo de membros e não membros da Opep. Repeti que o Brasil não pode impor nenhuma cota, mas estamos abertos ao diálogo", disse o secretário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: É preciso retomar o modelo de concessões, diz Araujo

A discussão sobre partilha de produção versus concessão para a exploração de petróleo e gás no Brasil ganhou a participação de um estudioso com credenciais acadêmicas impecáveis. O economista Aloisio Araujo, professor da Escola Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), acha que o país precisa "sair rápido" do modelo de partilha de produção, que considera confuso.

Segundo Araujo, é preciso retomar o modelo de concessões, mas recalibrando os percentuais cobrados a título de participação especial (PE) incidente sobre campos de grande lucratividade como os do pré-sal, para que o Estado se aproprie de forma mais equilibrada do lucro gerado pela atividade.

"Temos que sair desse modelo de partilha e fazer as calibrações nos royalties e nas participações especiais, de modo a maximizar a receita total e não apenas a receita corrente, por bônus, por mais prementes que sejam as necessidades fiscais correntes", diz Araujo, um dos economistas brasileiros mais reconhecidos no exterior.

Crítico do modelo que criou a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) para fiscalizar os contratos de partilha e monitorar custos do consórcio, o pesquisador diz achar "sem sentido depois de tudo o que o Brasil passou" que o país continue com uma empresa como a PPSA, essencial no modelo de partilha, mas cuja atividade pode, segundo Araujo, levar a burocracias que retardam o processo exploratório, ou à corrupção.

"É impensável que a gente continue a usar esse modelo de partilha que se usou no passado, em novos leilões. Ele deve ser substituído pela concessão o mais rapidamente possível", diz Araujo, lembrando que vem falando contra o modelo de partilha "desde sempre".

Para analisar os dois modelos, Araujo e os economistas Clara Costellini, Otávio Damé e Paulo K. Monteiro fizeram simulações numéricas também levando em conta a teoria dos leilões, e a já estudada "maldição do vencedor" - que aponta para o aumento do risco do comprador que fizer a maior oferta - para definir o modelo que pode gerar maior receita para o governo.

Com base nos cálculos feitos, os economistas observam que o modelo de partilha gera uma maior expectativa de receita do que o da concessão. Mas, quando incluída uma escala móvel de royalties e participação especial nos dois modelos, a expectativa de retorno tende a atingir níveis convergentes, o que faz pender a balança para a concessão.

"Nos estudos que fiz, é até melhor ter um modelo de partilha sob certos aspectos, para maximizar receita", afirma Araujo. "O problema é que cria uma encrenca burocrática. O governo anterior defendeu a partilha por serem áreas no pré-sal muito grandes, mas o que é preciso fazer é um modelo de concessão diferenciado. Com uma participação especial com calibragem mais fina."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Excedente da cessão onerosa pode atingir 15 bilhões de barris**

O volume recuperável de óleo e gás relativo ao excedente da cessão onerosa varia de 6 bilhões a 15 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), segundo estimativas feitas pela certificadora Gaffney, Cline & Associates a pedido da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Para se chegar aos volumes totais estimados na área da cessão onerosa deve-se somar os 5 bilhões já negociados pelo governo com a Petrobras.

Segundo a ANP, as estimativas foram feitas em um intervalo de volumes compreendidos entre o volume "P90" (com 90% de chance de ocorrência de volume igual ou superior), volume "P50" (50% de chance de ocorrência de volume igual ou superior) e volume "P10" (10% de chance de volume igual ou superior). Segundo a ANP, embora as possibilidades sejam baixas, o volume final das reservas pode cair fora desse intervalo.

O volume P90 indicou 6,068 bilhões de boe, enquanto o volume P50 apontou para 10,836 bilhões. O volume P10 resultou em 15,062 bilhões.

As estimativas serão utilizadas no processo de negociação do contrato da cessão onerosa, em andamento entre a Petrobras e o governo. De acordo com contrato firmado em 2010, pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de produzir até 5 bilhões de boe, por US\$ 42 bilhões, estava prevista a renegociação dos valores, a partir da declaração de comercialidade da área. Como o preço do petróleo caiu, a estatal estima ter a receber parte do valor de volta. O governo quer colocar em leilão o excedente da cessão onerosa em 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Política****Autor: Raphael Di Cunto e Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Manobra de Ramalho pode atrasar MP sobre Pré-sal**

Para atender sua base eleitoral com a votação das medidas provisórias (MPs) que alteram o Código da Mineração e aumentam os royalties do setor, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho (PMDB-MG), frustrou a estratégia do governo para garantir aos investidores estrangeiros que participaram dos leilões do pré-sal a aprovação célere de benefícios ao setor.

O governo defendia votar primeiro a MP 795/2017, que concede incentivos para a exploração do petróleo, como a isenção de impostos de importação. O texto perde a validade se não for aprovado até 15 de dezembro pelo Congresso, prazo bastante elástico. Mas há risco de que, enquanto o projeto não for aprovado, as empresas que disputaram os leilões posterguem até o último dia, 11 de dezembro, a assinatura dos contratos e pagamento dos R\$ 6,15 bilhões de bônus - ou até nem queiram assiná-los, com o argumento de que as condições prometidas pelo governo brasileiro não foram cumpridas.

O secretário-executivo de exploração e produção do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), Antonio Guimarães, afirmou que a participação das estrangeiras nos leilões foi um gesto de boa vontade com o governo, mas ressaltou que é importante a MP seja aprovada ainda em novembro para que o pagamento do bônus de assinatura seja confirmado até o início de dezembro. "Isso fará com que todo mundo respire aliviado e assine com segurança esse cheque", disse.

Sem as medidas, o investimento na área Norte de Carcará, por exemplo, que renderá um bônus de assinatura de R\$ 3 bilhões, subiria de US\$ 40 bilhões para US\$ 60 bilhões ao longo dos 35 anos de contrato. "Se isso ocorrer, o equilíbrio econômico financeiro do projeto é destruído", afirmou.

Sem a conversão da MP em lei, as petroleiras serão obrigadas a tomar uma decisão em cima de um "quatro jurídico instável", alertou o advogado Hermano Barbosa, que representa empresas do setor.

Relator da MP, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) afirmou que o governo trabalha com antecedência para evitar que manobras protelatórias da oposição derrubem o projeto. "É uma questão muito polêmica, que vai ser enfrentada com certa dificuldade por envolver a Petrobras, por isso a cautela", disse. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), que também é do Rio, Estado mais interessado na aprovação da medida, prometeu tentar votar o projeto na quinta-feira.

Ramalho, contudo, aproveitou a viagem de Maia ao exterior para ler em plenário, na terça-feira, as MPs da mineração, o que as inclui automaticamente em pauta. O presidente da Câmara tinha evitado a leitura. Como foram publicadas antes da MP 795, elas têm necessariamente que ser analisadas primeiro pela Câmara.

Deputados mineiros desconfiam que o governo Temer trabalhava, ao postergar a votação, para derrubar as três medidas provisórias, alvo de críticas das empresas de mineração após mudanças feitas pelo Congresso. As três perdem a validade se não forem aprovadas até 28 de novembro, sendo que Maia tinha

prometido, inicialmente, dedicar esta semana exclusivamente para projetos de segurança pública e na próxima não haverá sessões por causa do feriado no dia 15.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Simeon Kerr, Anjli Raval e David Sheppard | Financial Times, de Dubai e Londres

Título: Expurgo cria incertezas na Arábia Saudita

A prisão do príncipe Alwaleed bin Talal, a face arrojada do capitalismo saudita, e de dezenas de outros príncipes e tecnocratas, como parte de um esforço contra a corrupção, levantou dúvidas com relação a atitude do país em relação aos negócios sob o governo do príncipe Mohammed bin Salman - mesmo com a medida sendo elogiada pelos sauditas.

O expurgo liderado pelo príncipe herdeiro saudita vem provocando incertezas entre os investidores, que temem uma campanha contra líderes empresariais estabelecidos. Ele assustou executivos que trabalham no ambicioso plano de transformação do príncipe Mohammed e provocou ondas de choque em toda a comunidade empresarial saudita, onde muitos temem ser os próximos da fila.

Segundo banqueiros, a desaceleração econômica e as turbulências geopolíticas regionais já vinham provocando uma fuga de capitais do reino nos últimos anos, mas eles acreditam que os últimos acontecimentos vão acelerar o ritmo das saídas.

"A prisão do príncipe Alwaleed bin Talal... poderá muito bem enfraquecer o interesse internacional de investir no tão propalado plano 'Vision 2030' do príncipe herdeiro, de fazer do setor privado não petrolífero o novo motor da economia", disse David Ottaway, do centro de estudos Wilson Center, ao se referir ao principal programa de reformas do príncipe Mohammed.

As prisões acontecem num momento crítico para a Arábia Saudita, que prepara o terreno para a venda de ações da Saudi Aramco, a companhia estatal de petróleo, naquela que poderá ser a maior oferta pública inicial de ações da história. O reino pretende abrir 5% do capital da Aramco no ano que vem, como parte do plano de reformas do príncipe. Alguns analistas acreditam que a companhia poderá ser avaliada em US\$ 2 trilhões.

As prisões também ocorrem poucos dias após centenas de financistas e titãs do setor industrial e da indústria do entretenimento terem viajado para Riad para uma conferência de investimentos de vários dias. Chamado de "Davos no

deserto", o evento foi o passo mais recente dado pelos sauditas para atrair e encorajar a entrada de capital estrangeiro e a colaboração do setor privado, visando o avanço das reformas econômicas no país.

O governo saudita foi rápido ao amenizar as possíveis e inesperadas repercussões negativas com a decisão do príncipe Mohammed de coibir as irregularidades financeiras. O órgão responsável pela promoção dos investimentos no país insistiu que a comissão anticorrupção vai criar igualdade de condições para os investidores.

"Esse é um sinal claro de que o reino está pronto para proteger os investimentos das empresas e dos indivíduos de ações legalmente censuráveis", disse Ibrahim Al Omar, presidente da Saudi Arabian General Investment Authority, em comunicado.

Há décadas a corrupção atormenta a economia saudita, com subornos em contratos com o governo acompanhados de abusos por tecnocratas, que aproveitam suas posições para obter ganhos financeiros. As companhias reclamam de um sistema desleal, em que conexões podem render ou desfazer negócios.

Antes das novas medidas, o príncipe Mohammed há havia promovido a transparência e a quebra de monopólios enquanto base para uma nova economia voltada para o empreendedorismo. Numa entrevista dada este ano, ele prometeu responsabilizar todos aqueles engajados em atos de corrupção, "sejam ministros, príncipes ou quem quer que seja".

Para os investidores de petróleo, a nova campanha contra a corrupção significa um novo fator de risco político a ser absorvido no maior país exportador de petróleo do mundo.

Qualquer medida política inesperada é "indesejada" pelos investidores, disse Giovanni Staunovo, analista de commodities da UBS Wealth Management. "Os participantes do mercado deverão colocar nos preços um prêmio de risco enquanto não estiver mais claro como a situação política vai se desenrolar", acrescentou.

Mesmo assim, ele e outros analistas disseram que é improvável que haja alguma mudança na política para o petróleo antes de uma reunião de autoridades da área de energia da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e outros grandes produtores, marcada para o fim do mês. A expectativa é de que ministros irão prorrogar um acordo para reduzir a produção em 1,8 milhão de barris/dia ao longo de 2018, na medida em que os produtores tentam diminuir os estoques e elevar os preços.

Para conduzir as transformações econômicas no futuro, o reino precisa de preços mais altos do petróleo e autoridades vêm afirmando reservadamente que almejam o preço do barril de petróleo a US\$ 60. Há nove dias, o preço do petróleo do tipo Brent, uma referência internacional, ficou acima desse nível pela primeira vez em dois anos.

Depois de uma queda de três semanas do mercado, os preços mais altos servirão para aliviar o crescimento anêmico e garantir um valor maior para a Aramco.

Yasser Elguindi, observador de longa data da OPEP e da Arábia Saudita da consultoria Energy Aspects, diz que o reino não deverá mudar a estratégia de produção com os preços de volta ao patamar de US\$ 60 o barril, uma vez que depende da recuperação das receitas para bancar uma reforma mais ampla. "Isso reforça a urgência e importância das receitas do petróleo enquanto o reino dá sequência à sua agenda de reformas."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: BMPI almeja atuação em dez grandes cidades do país

A BMPI, holding de investimentos da construtora mineira Barbosa Mello, lançou uma empresa focada exclusivamente para parcerias público-privadas (PPP) de iluminação pública, a Brasil IP. A companhia já nasce tendo em seu portfólio a maior PPP do tipo licitada no Brasil até então: a de Belo Horizonte, que envolve investimentos da ordem de R\$ 400 milhões nos primeiros cinco anos.

A expectativa da Brasil IP é administrar a iluminação pública em dez cidades nos próximos cinco anos, sempre por meio do modelo de PPPs. "No horizonte de quase seis mil municípios, identificamos 300 que são atrativos. Desses, acreditamos que 10% serão nosso alvo principal", disse Miguel Noronha, diretor-executivo da empresa de PPPs.

A BMPI fez um investimento inicial de R\$ 150 milhões na criação da Brasil IP, explicou Bruno Sena, presidente da holding. "Identificamos o setor de iluminação pública como um alto potencial de geração de valor nos próximos anos", disse Sena.

Empresa está montando consórcios para disputar duas PPPs: uma, em uma metrópole, e outra em cidade de porte médio

O foco principal da Brasil IP é em PPPs de iluminação em metrópoles nas regiões Sul e Sudeste. O fator decisivo para que tenham interesse em um município é a existência da contribuição obrigatória de iluminação pública. "Sem isso, é difícil ter uma estruturação financeira que nos permita desenvolver o projeto", afirmou Noronha.

As grandes cidades são as mais atrativas, mas a Brasil IP considera que as melhores cidades já são aquelas que tenham a partir de 30 mil pontos de iluminação, com no mínimo 80 mil habitantes. "Nosso principal foco está nas metrópoles, mas também cogitamos o mapeamento de outras cidades, de acordo com nossa análise multicriterial", disse o executivo.

Neste momento, a companhia está montando consórcios para disputar duas PPPs. Uma em um município com mais de 200 mil habitantes. A outra em uma metrópole de maior porte, de mais de 2 milhões de habitantes. Os executivos não quiseram revelar quais os municípios, mas o **Valor** apurou que o maior deles é a capital baiana Salvador.

A capital paulista é outra prioridade para a Brasil IP. "Qualquer empresa que busque se posicionar vai olhar com carinho para o maior projeto de PPP de iluminação do país, maior potencial de projeto no Brasil e um dos maiores do mundo", disse Noronha. Segundo ele, se o projeto, que foi paralisado neste primeiro ano de gestão do prefeito João Dória, for retomado, "sem dúvida vamos buscar nos posicionar."

Por ser um projeto de grande porte - a licitação que chegou a ser feita ano passado envolvia um contrato de mais de R\$ 7 bilhões -, a Brasil IP não descarta entrar em parcerias com outras companhias. "Somos um grupo muito associativo. Mesmo em projetos menores, buscamos parcerias", afirmou Noronha, explicando que o forte da empresa é a gestão dos investimentos. Os parceiros entram com expertise setorial, capacitação técnica, além de outras questões.

"Em São Paulo, certamente entraríamos com parceiros, inclusive pelo porte do investimento", informou o executivo.

No caso de Belo Horizonte, a disputa foi vencida ano passado pela Barbosa Mello, que lidera o consórcio com 39% de participação. "Como a Brasil IP é uma empresa nova, tivemos que participar pela BMPI da licitação, mas a nossa ideia é fazer a migração da PPP para debaixo da Brasil IP assim que possível", explicou Sena.

Os primeiros investimentos em Belo Horizonte já foram feitos, com estruturação financeira do negócio. Atualmente, o consórcio está no processo

de aquisição das luminárias de LED para a primeira "onda de modernização", que já está sendo iniciada.

"Temos uma mistura de capital próprio e depois, para estruturar financeiramente essas PPPs que esperamos conquistar, trabalhamos próximos da Caixa, do BNDES e de outros bancos para conseguir o crédito", disse Sena.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marina Falcão | Do Recife

Título: Petrobras enfrenta ações de entidade dos petroleiros

Ligado à Conlutas, central sindical de extrema esquerda, o Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro AL-SE) se tornou uma pedra no sapato da Petrobras. A entidade está por trás de nove liminares contra negócios do plano de desinvestimentos da estatal concedidas pela Justiça Federal de Sergipe, que passou a ser personagem recorrente nos comunicados da empresa a investidores desde o fim do ano passado.

As liminares tem sido concedidas por juízes da 1ª, 2ª e 3ª Vara Federal de Sergipe. Apenas duas liminares estão ainda vigentes, referente a as vendas de Baúna/Tartaruga Verde e Lapa /Iara. No entanto, no que depender do Sindipetro AL-SE, todos os processos devem ir até as últimas instâncias do Judiciário. Não há ainda nenhuma decisão judicial sobre o mérito da questão. O argumento principal da entidade, comum a todas as ações, é de que os negócios teriam que passar por processo de licitação para serem legais.

Cerca de 45% do PIB industrial do Estado - algo em torno de R\$ 8,5 bilhões - está ligado às áreas de petróleo e gás, que, de 2014 para cá, fechou as portas para 10 mil trabalhadores, ou 35% do total, em Sergipe. O estado abriga 13 campos de produção terrestre de petróleo, cinco campos de exploração em águas rasas e 5 blocos em água profunda da Petrobras, além de uma fábrica de fertilizantes, a Fafen.

Todos esses ativos estão no rol dos desinvestimentos da estatal, segundo Bruno Dantas, diretor do Sindipetro AL-SE. "Além de defendermos a exploração do petróleo brasileiro por uma empresa estatal, tememos uma precarização dos empregos com a venda. A Petrobras tem um papel de desenvolvimento e um forte compromisso com a mão de obra local. Outras empresas não teriam esse compromisso", afirma.

Advogada do sindicato, Rachel Sousa aposta que, quando chegarem ao STJ, as ações vão ser vitoriosas, pois já houve um entendimento favorável do Tribunal

no caso do processo contra a venda dos campos de Baúna e Tartaruga Verde, na Bacia de Santos. Em janeiro, o ministro Humberto Martins optou por manter a liminar que suspendeu o negócio, ratificando o entendimento da primeira e da segunda instância de que a adaptação de regras do regime de aquisição de bens e serviços não é suficiente para justificar o procedimento sem licitação.

O assunto foi para análise do STF em março, ao mesmo tempo em que a Petrobras firmou um acordo com o Tribunal de Contas da União para remodelar seu o sistema de venda de ativos. A nova sistemática, em tese, daria, acesso a mais empresas, e não apenas àquelas escolhidas pela estatal, para participarem do processo. A Petrobras acabou desistindo do negócio em Baúna e Tartaruga Verde, citando a manutenção da liminar suspensiva como um dos motivos, e pediu o encerramento do processo no STF. Por causa da não realização do negócio, a meta de desinvestimentos da empresa no ano passado não foi cumprida.

Nesta semana, entidade deve entrar com ações em Sergipe contra as vendas dos campos de Azulão e Juruá (AM)

Segundo a estatal, a sistemática de desinvestimentos acordada com o TCU "contempla ampla transparência e competitividade, incluindo a previsão de publicação de fato relevante ou comunicado ao mercado, que são disponibilizados no site da companhia". A Petrobras diz ainda que o primeiro fato relevante de cada projeto franqueia a participação de "todas as empresas que se interessarem, desde que cumpram os critérios objetivos de habilitação".

A nova sistemática não interfere nos negócios já fechados antes do acordo com o TCU. "A sistemática é ilegal, não dá publicidade, mas o TCU lavou as mãos para o que já tinha sido feito". No entanto, negócios que ainda estavam em fase mais inicial como o de campos terrestres e de águas rasas no Nordeste foram zerados.

Além disso, diz a advogada, o modelo acordado com o TCU também não atende ao que manda a Constituição e funciona como "uma licitação sem regra, em que um banco recebe e julga as propostas com base em critérios desconhecidos".

Nesta semana, o Sindipetro AL-SE deve entrar com ações na Justiça Federal de Sergipe contra as vendas dos campos de Azulão e Juruá (AM), que estão sendo negociados dentro da nova sistemática. "Vamos continuar com a ações", afirma.

O Sindipetro AL/SE é uma das cinco entidades da Federação Nacional de Petroleiros, que conta ainda com as unidades Litoral Paulista, São José dos Campos, PA/AM/MA/AP e do Rio de Janeiro. Segundo Rachel, uma divisão de tarefas da área jurídica da FNP encarregou o Sindipetro AL-SE pelas ações contra

o plano de desinvestimentos várias razões. dentre elas, familiaridade com o tema. No início dos anos 90, a entidade mobilizou uma campanha bem-sucedida contra a privatização da fábrica da Fafen.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Cecil, de cobre e latão, adquire a Elfer e passa a atuar no setor de alumínio

A Cecil, fabricante de produtos de cobre e latão, vai agora se aventurar pelo alumínio. A empresa adquiriu a Elfer, centro de serviços para a transformação de bobinas e produção de peças com o metal localizado em Pindamonhangaba (SP), após mais de seis meses de negociações.

Segundo Miguel Carvalho, presidente da Cecil, 2018 já vai iniciar com pelo menos um aumento de contrato - com o principal cliente, a Novelis. A multinacional de controle indiano (grupo Birla) foi uma das principais responsáveis pela criação do centro de serviços, pois precisava de alguém que iniciasse o processamento do alumínio que depois destinaria a latas para bebidas, por exemplo.

"Estou conversando há algum tempo com a Novelis, em conjunto com o pessoal da Elfer, e já vamos assinar o fornecimento para o ano que vem. O volume praticamente dobra", diz o executivo. Ainda não há certeza da receita em cifras, mas haverá diluição considerável dos custos.

Atualmente, o centro de serviços funciona em duas frentes: serviços propriamente ditos e fabricação de peças. No primeiro caso, que é a área que supre a demanda da Novelis, a ocupação está em apenas metade da capacidade. O contrato mais vantajoso elevaria esse índice para 70%. Em peças, há maior ociosidade, já que a utilização está em 40%.

"O ideal para um negócio desses é ter um uso de 80% a 85% no caso dos serviços, que recebem mais contratos e funcionam constantemente", diz Carvalho. "No caso das peças, dependemos de cada pedido dos clientes, mas pelo menos 60% de ocupação já nos ajudaria."

Enquanto espera a formulação do novo orçamento, que vai guiar inclusive o desembolso necessário na Elfer, o presidente da Cecil quer investir já R\$ 5 milhões de saída na adquirida, a fim de garantir produtividade das máquinas. O executivo também já começou a prospecção de novos clientes para vender principalmente as peças da unidade.

"Com os equipamentos da Elfer, podemos fornecer peças para os setores de energia, de transporte e até de defesa", explica Carvalho. "Dentre os clientes, estão Iveco e Alstom, por exemplo."

Questionado sobre o valor pago pela Elfer, Carvalho explicou que não pode revelar os números devido a um contrato de confidencialidade, mas disse que pagou algo próximo ao prêmio médio do segmento. Ele calcula que "sem dúvidas" em menos de cinco anos o investimento vai passar a se pagar.

MME / ASCOM .